

## SÍNTESE POLÍTICA

### BATALHA PELA SOBREVIVÊNCIA DO REGIME

*Nunca, no Brasil, as atividades políticas relacionadas com a sucessão presidencial começaram com tanta precocidade. Examinam-se as posições dos candidatos em pauta, com as direitas divididas e as esquerdas carecentes de uma liderança única. O modelo, entretanto, que parece melhor corresponder, por agora, ao esquema de forças políticas é um modelo elíptico, tendo em um dos focos a candidatura CARLOS LACERDA e, em outro, o Sr. JOÃO GOULART. O Presidente da República dá, cada vez mais, a impressão de que está convencido de ser o único em condições de vencer o Governador da Guanabara. Procura, assim, por um lado, esvaziar os líderes da esquerda e, por outro, abrir caminhos para o continuísmo, sem que se possa ainda prever qual dêles escolherá, se um golpe estadonovista ou uma reforma constitucional, destinada, sobretudo, a alterar o capítulo das inelegibilidades.*

**V**EM a situação política do país atravessando uma fase de incessante, inintermitente agitação. Não a agitação fisiológica, normal dos organismos vivos, sobretudo das sociedades inevitavelmente sacudidas pelas inquietações e pelos problemas que ora ocorrem em tôdas as latitudes e onde as faculdades democráticas propiciem o debate e a luta. Mas agitação que obedece a uma certa sistemática de processos, causa, portanto, de preocupação maior, pois foge ao jôgo político e ameaça o regime.

A democracia brasileira, quando de sua restauração, em 1945, foi comparada a uma frágil plantinha que cumpria preservar até de ventos suaves. Na verdade ela se apresenta como uma parede de alicerces inseguros que freqüentemente ameaça ruir e requer dos patriotas o esforço de ampará-la. Os meios com que o fazem diferem consideravelmente e o resultado satisfatório, nas várias crises, decorre de fatores sempre diversos. Não obstante, procura-se afagar o amor próprio nacional e instituir

um sinal de superioridade no conjunto latino-americano afirmando que se trata de um amadurecimento da consciência jurídica e das convicções democráticas do povo.

Essa consciência jurídica e essas convicções democráticas encontram-se mais uma vez à prova no caminho que nos deve levar à sucessão presidencial no dia 31 de janeiro de 1966.

Jamais, em nossa história política, a campanha sucessória se iniciou tão cedo. De fato, iniciou-se no próprio dia em que começou o quinquênio governamental em curso, senão antes, com o movimento JK-65. Velho *habitué* do poder, o PSD encarou o período do Sr. JÂNIO QUADROS como um *intermezzo* no qual sua participação seria atenuada pela vitória do candidato lançado por outras agremiações e causador de verdadeira *razzia* nos quadros partidários.

Embora arcando com o inconveniente psicológico de parecer carente de imaginação e sem poder prever, àquela altura, quais os rumos que tomaria o PTB, cuja aliança foi sempre indispensável aos seus triunfos, o PSD, ou o Sr. JUSCELINO KUBITSCHKEK encarnando-o, lançou-se à campanha sucessória de 65 ainda em fins de 1960.

As graves perturbações políticas, inclusive institucionais, desde então verificadas, não modificaram a pretensão do ex-presidente, obrigando-o a omissões e a atitudes que por vezes não correspondem à sua condição de líder nacional, ao menos de líder incontestado do partido que maior representação possui no Congresso.

Tem sido bem difícil a posição do Sr. JUSCELINO KUBITSCHKEK, diante de graves desafios e de opções polêmicas dos últimos tempos, pois a estratégia eleitoral, colocada acima das idéias e convicções claramente definidas, o obriga não raro a silêncios, contradições e ambigüidades.

Estimaria o candidato que se fizesse um conglomerado de opiniões ou simplesmente de votantes suficientes para assegurar-lhe a vitória apenas confiando em certas coordenadas, às quais, entretanto, a agudeza dos problemas contemporâneos e o radicalismo das posições parecem retirar a força bastante convincente. São elas, em síntese e mais ou menos com as palavras mesmas do pretendente: já exerceu a presidência e mostrou ser dinâmico e democrata; promete redimir-se do grande erro de seu governo anterior — o abandono da agricultura ou, mais propriamente, o sacrifício a que condenou o desenvolvimento agrícola — dedicando-se prioritariamente a esse setor para assegurar a produção abundante de gêneros alimentícios; pretende trazer uma mensagem de paz, desenvolver sua campanha sem agressividade, assegurar ao povo o afastamento de novos perigos e tensões que carregam a atmosfera da candidatura do seu principal adversário.

As características da vida política brasileira nestes últimos meses, porém, não permitem a um candidato poupar-se a definições e opções categóricas em face de certos problemas, sobretudo se esse candidato é o expoente de um partido centrista, conservador mesmo, confiante ainda em velhas bases

rurais, e aspira manter a indispensável aliança com outro partido que se tem tornado cada vez mais impetuoso e tem a maioria de seus líderes fortemente inclinada para a esquerda, desde a moderada à extrema.

Fenômeno diametralmente oposto é a candidatura do Sr. CARLOS LACERDA, nascida quase três anos depois do tão precoce movimento JK-65. O Governador da Guanabara, à medida que pôde exibir os frutos de uma administração efetivamente realizadora, que obrigam ao reconhecimento de qualidades sempre negadas ou insuspeitadas naqueles que fazem tóda a sua carreira política nos anais da oposição jornalística e parlamentar, começou a polarizar, além de chamadas forças de direita, alarmadas ante a crescente influência comunista e outras conotações indicativas de um processo revolucionário não democrático, aquelas correntes inconformadas e tocadas de certa flama idealística ou ontológica que pareciam ter sido definitivamente crestadas pela monstruosa decepção que foi o Sr. JÂNIO QUADROS.

A campanha CL-65 colocou a UDN na mesma situação com que se defrontou em pleitos anteriores. O candidato lhe vem à revelia da cúpula da agremiação, parte de bases que não são sequer quadros partidários, pois êstes não existem praticamente na organização política brasileira, mas exatamente como uma força que os dirigentes não podem ignorar sem que conscientemente marchem para a desagregação.

O problema da candidatura do Sr. CARLOS LACERDA, porém, é

muito mais delicado, para o comando udenista, do que o foi o da aceitação das candidaturas JÂNIO QUADROS e JUAREZ TÁVORA, para não falar na do Brigadeiro EDUARDO GOMES, em tórno da qual não chegou a haver discrepância entre cúpula e bases. É que a personalidade impetuosa e o tom violento da pregação do candidato, se, por um lado, lhe asseguram não somente vultosas adesões mas extremadas dedicações pessoais, por outro lado provocam resistências cuja ferocidade — essa é a palavra talvez adequada — não terá limites, comprometendo, mais do que tudo, a estabilidade do regime.

Certamente por isso, e não obstante a declarada inclinação de vastos setores da corrente de opinião tida como eleitorado udenista, representada oficialmente ou não, e o apoio de forças conservadoras acima das compartimentações partidárias, é que outro prócer da UDN insiste em candidatar-se também, mesmo abrindo nova frente. A pretensão do Sr. MAGALHÃES PINTO, aliás, nasceu com a sua ascensão ao govêrno de Minas Gerais e se vem mantendo apesar da falta de ressonância nacional e do obstáculo resultante da divisão do grande eleitorado mineiro entre dois coestaduanos.

Como se não bastassem tantos pretendentes numa faixa que, embora com as suas *nuances*, se mantém no centro e à direita, ou, de qualquer modo, por mais que se esforcem nesse sentido os Srs. JUSCELINO KUBITSCHEK e MAGALHÃES PINTO, sem atrativos para a esquerda, também o Sr. ADEMAR DE BARROS mobiliza o partido de sua propriedade e se faz proclamar

candidato dispondo-se a investir soma muito superior à despendida no pleito anterior e colocando sua esperança de êxito nesse investimento num apoio substancial dos paulistas, condição, esta última, dependente do sucesso ou insucesso do Sr. JÂNIO QUADROS no pleito paulistano e da atitude que venha a assumir o perigoso competidor na disputa de prestígio junto ao povo bandeirante. De resto, se o quadro sucessório permanecer oferecendo tal espetáculo de dispersão, não será demais esperar do Sr. ADEMAR DE BARROS uma demonstração de sensibilidade em face dêsse perigo e, portanto, um recuo conseqüente, ainda que a ser empregado para fins de barganha.

O único fator que ameniza, por enquanto, êsse perigo — o de ascensão das esquerdas, uma aventura comunizante suicida — é a ausência de liderança única e firme. Pretendendo exercê-la estão ao mesmo tempo o deputado LEONEL BRIZOLA, que procura forçar uma posição extremista, a entrega do govêrno, desde já, ao grupo mais radical, e o governador MIGUEL ARRAIS, que vai empurrando Pernambuco para uma situação cada vez mais tensa e adota, no plano político nacional, uma atitude fria e calculista. A volta do marechal OSVINO ALVES ao cenário, já agora como civil ou para o exercício de um alto posto civil que se ligou intensamente às esquerdas — exatamente na crista da onda da crise da Petrobrás — coloca um terceiro homem a aumentar a complexidade do problema capital daquelas facções. Tanto poderá significar maior divisão destas quanto uma esperança de

aglutinação em tôrno do presidente da "intocável", dependendo de sua atuação nesse cargo. Em todo caso, parece significar que a parte menos extremada não estará, no momento, interessada em um golpe que a privasse da possibilidade de chegar ao poder através do processo eleitoral.

A tentativa do deputado SAN TIAGO DANTAS de reunir essa e as demais correntes, por êle mesmo denominadas "positivas" e "negativas", e ainda outros partidários das reformas de base, inclusive o Partido Comunista, que voltaria à legalidade, numa Frente de Mobilização Popular, não obteve a esperada ressonância, nem mesmo naquele partido, que aparentemente não se empenha em trocar a sua atuação menos ostensiva e mais perigosa do momento por algo que exigiria definições e opções porventura inoportunas. O caminho que as esquerdas vêm seguindo está na linha dos objetivos do PC, que assim pode dispensar-se de enfrentar as incógnitas de uma situação em que elementos de outros partidos ora a seu serviço tivessem de optar pela permanência nêles ou adesão ao grêmio restaurado para a vida legal.

Nessa conjuntura pontilhada de incertezas e sobressaltos, notadamente com referência à sua sucessão, qual será a posição do presidente JOÃO GOULART? Será a que pretendam os seus seguidores ou os seus adversários, segundo o juízo de cada um; nunca, porém, a da figura de magistrado que a pureza do regime teóricamente presume, ou sequer a de um discreto ou ostensivo articulador de

uma candidatura aceitável ou partidário leal de uma das candidaturas já postas.

A Constituição vigente impede a reeleição e o Congresso não oferece nenhuma perspectiva de alterar esse nem outros dispositivos que se acham sob o fogo de combate e a mira das pressões organizadas. Essa resistência, que tem também aspectos negativos — quando se trata de modificações constitucionais ou legais de legítimo interesse público —, é perfeitamente explicável pela atmosfera de desconfiança em torno da ação do Executivo. Em conjunto, porém, e somada aos graves pecados individuais e alguns mesmo coletivos dos parlamentares, está seriamente minando o poder indefeso e um tanto inerte, perplexo e enterrado no seu bizarro mau-solê de Brasília.

Diante dele, provocando-o, acusando-o, dispensando-lhe a colaboração institucional, o Presidente da República encara o pleito de 1965 com uma visível e crescente preocupação. Enquanto alimenta esperanças do Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK no ambicionado apoio do PTB, embora exigindo dele atitudes e pronunciamentos que constituem o drama do candidato pesedista, enquanto não deixa de encorajar vagamente o Sr. MAGALHÃES PINTO, na verdade parece convicto de que só ele próprio, pessoalmente, tem ou terá condições de contrapor-se à catástrofe que seria, para si e os partidários e beneficiários de um esquema político gerado ainda no período di-

tatorial, a vitória eleitoral do Sr. CARLOS LACERDA.

Algumas esperanças em evitá-la estariam em outra emenda constitucional — a de extensão do direito de voto aos analfabetos — ou, em menor escala, nos resultados da campanha de alfabetização de adultos, capazes de reforçar o eleitorado com um apreciável contingente atraível para as áreas de esquerda.

Mas, a mencionada ausência de liderança dessa corrente produz no Sr. JOÃO GOULART aquela convicção e lhe inspira um jôgo extremamente perigoso para levar o país ao *impasse*, à inviabilidade do processo democrático, à necessidade de remoção de um Legislativo insistentemente acusado, à urgência de um remédio contra o caos econômico e social gerado pelas lutas de classes, à deterioração desabalada do poder aquisitivo das massas, a radicalização violenta das posições ideológicas.

Eis, assim, o regime exposto a mais uma batalha de sobrevivência. Arranhado, lanhado, ele o é diariamente, inclusive por omissão. Isso não conta mais. Todos os democratas contentam-se em vê-lo de pé, ou arrastar-se que seja, até chegar-se à realização do pleito e à posse do candidato vitorioso, isto é, afirmar-se a continuidade daquele processo democrático. Mas não somente a segurança de continuidade nesse estádio, e sim que esta signifique um fortalecimento em face da ofensiva comunizante na América Latina e em outras áreas subdesenvolvidas do mundo.